

POLÍTICAS COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA: O ASSIMILACIONISMO

POLICIES OF PORTUGUESE COLONIZATION IN ANGOLA: ASSIMILATIONISM

POLÍTICAS DE COLONIZACIÓN PORTUGUESA EN ANGOLA: ASIMILACIONISMO

LES POLITIQUES DE LA COLONISATION PORTUGAISE EN ANGOLA :

L'ASSIMILATIONNISME

JOÃO MIGUEL CATOMBELA

<https://orcid.org/0000-0001-5002-6733>

Licenciado; Instituto Superior Politécnico Sol Nascente-Huambo; Angola

Email: joao.miguel@ispsn.org

DATA DA RECEPÇÃO: Fevereiro, 2025 | DATA DA ACEITAÇÃO: Junho, 2025

Resumo

O tema que nos propusemos abordar se refere à assimilação, um dos elementos indispensáveis nas estratégias de colonização portuguesa em Angola. O tema é, de facto, pertinente, dado que se referia à lavagem total dos cérebros dos nativos angolanos e a sua subsequente integração na cultura portuguesa, dito de outro modo, visava a perda total da identidade do povo angolano, além do aniquilamento dos seus autênticos aspectos culturais. Tal estudo serviu-se da abordagem qualitativa, que ajudou no desenvolvimento das ideias e contextualização dos fenómenos e, é bastante indispensável na generalização dos dados. E, para a aquisição das informações, fizeram-se consultas a documentos e obras de autores que já terão se debruçado sobre o assunto. No que concerne a análise dos resultados, foi possível depreender que, assistiu-se uma política de destruição e extermínio das estruturas sociais, culturais, políticas e económicas nativas. Como conclusão, podemos afirmar que, a assimilação na sociedade angolana foi uma política muito violenta e afectou profundamente o aspecto psicológico dos angolanos, ao ponto de muitos negarem e rejeitarem a sua própria cultura.

Palavras-chave: assimilação, colonização, segregação, política e cultura.

Abstract

The topic we set out to address concerns assimilation, one of the essential elements in the Portuguese colonization strategies in Angola. The topic is, in fact, pertinent, given that it referred to the total brainwashing of the native Angolans and their subsequent integration into Portuguese culture; in other words, it aimed at the total loss of the identity of the Angolan people, in addition to the annihilation of their authentic cultural aspects. This study used a qualitative approach, which helped in the development of ideas and contextualization of the phenomena and is quite essential in the generalization of data. And, in order to acquire the information, we consulted documents and works by authors who had already studied the subject. With regard to the analysis of the results, it was possible to conclude that a policy of destruction and extermination of the native social, cultural, political and economic structures was witnessed. In conclusion, we can state that assimilation in Angolan society was a very violent policy and deeply affected the psychological aspect of Angolans, to the point that many denied and rejected their own culture.

Keywords: assimilation, colonization, segregation, politics and culture.

Resumen

El tema que nos propusimos abordar se refiere a la asimilación, uno de los elementos esenciales de las estrategias de colonización portuguesa en Angola. El tema es, de hecho, pertinente, dado que se refiere al lavado de cerebro total de los angoleños nativos y su posterior integración a la cultura portuguesa; en otras palabras, busca la pérdida total de la identidad del pueblo angoleño, además de la aniquilación de sus aspectos culturales auténticos. Este estudio empleó un enfoque cualitativo, que facilitó el desarrollo de ideas y la contextualización del fenómeno, y es fundamental para la generalización de los datos. Para obtener la información, consultamos documentos y obras de autores que ya habían estudiado el tema. En cuanto al análisis de los resultados, se concluyó que se observó una política de destrucción y exterminio de las estructuras sociales, culturales, políticas y económicas nativas. En conclusión, podemos afirmar que la asimilación en la sociedad angoleña fue una política muy violenta que afectó profundamente el aspecto psicológico de los angoleños, hasta el punto de que muchos negaron y rechazaron su propia cultura.

Palabras clave: asimilación, colonización, segregación, política y cultura.

Résumé

Le sujet que nous avons abordé concerne l'assimilation, un élément essentiel des stratégies de colonisation portugaise en Angola. Ce sujet est pertinent, car il fait référence au lavage de cerveau total des Angolais de souche et à leur intégration ultérieure à la culture portugaise ; autrement dit, il visait la perte totale de l'identité du peuple angolais, ainsi que l'annihilation de ses aspects culturels authentiques. Cette étude a adopté une approche qualitative, qui a contribué au développement des idées et à la contextualisation du phénomène, et s'est avérée essentielle à la généralisation des données. Pour obtenir ces informations, nous avons consulté des documents et des travaux d'auteurs ayant déjà étudié le sujet. L'analyse des résultats a permis de conclure à une politique de destruction et d'extermination des structures sociales, culturelles, politiques et économiques autochtones. En conclusion, nous pouvons affirmer que l'assimilation dans la société angolaise a été une politique très violente qui a profondément affecté le moral des Angolais, au point que nombre d'entre eux ont nié et rejeté leur propre culture.

Mots-clés: assimilation, colonisation, ségrégation, politique et culture.

Introdução

A colonização portuguesa em Angola, manifestou-se de várias formas. O assimilacionismo é uma delas. Este sistema contribuiu para a divisão e desigualdade entre os nativos, dito de outro modo, o sistema baseava-se na divisão dos angolanos em nativos indígenas e nativos assimilados, originando preconceitos, segregação, racismo, discriminação social e política, não apenas entre os próprios portugueses, bem como entre os nativos.

É interessante afirmar que, o sistema de colonização, imposto pelos portugueses aos nativos de Angola, é fundamental para a compreensão não só do tipo de hegemonia colonial, aplicado em Angola, mas também porque, muitos nativos aproveitaram a implementação dessa política para repudiar as ideologias dos colonizadores, lutando para libertar, de modo muito particular, pelos seus irmãos que se encontravam no sistema do indignado e, de forma geral, lutar para e pela emancipação do território angolano.

Procuramos imergir, ao logo deste trabalho, aos conceitos de indígena, assimilação, princípios da assimilação e, finalmente, das principais consequências da assimilação portuguesa aos nativos.

A investigação tem como problemática, políticas de colonização portuguesa. Dai que, a nossa questão de investigação é a de saber, de que maneira a política assimilacionista impactou a identidade cultural e a estrutura social dos indígenas angolanos.

O que nos motivou a escolher o tema, prende-se com facto de que, com a chegada dos portugueses, a cultura dos nativos angolanos ficou totalmente afetada, superada e negligenciadas, não somente entre os seus falantes, mas também entre os diversos grupos étnicos linguísticos Bantu.

Para os colonizadores portugueses, a assimilação é sinónimo de desaficanização e nunca o inverso. Obrigavam os nativos a negar as suas raízes culturais, o sistema ou as suas filosofias de vida. Isto levou-nos a cogitar um pouco, nos reais factores que têm estado por detrás das grandes estratégias de colonização portuguesa, reconhecendo um dos processos que moldou a identidade cultural dos angolanos.

É em função disso que, para o nosso estudo, o objectivo principal, foi o de compreender os factores que contribuíram para a implementação das políticas de colonização portuguesa em Angola, com destaque ao conceito de assimilação, entendendo o impacto das relações entre os indígenas angolanos e os colonizadores portugueses, na luta pela emancipação do território angolano.

Guiamo-nos também pelos seguintes objectivos específicos:

- Descrever os principais factores que contribuíram para implementação do sistema assimilacionista às populações indígenas;
- Explicar os conceitos de indigenado e assimilacionista;
- Caracterizar as implicações sociais e culturais do assimilacionismo para as populações angolanas

1. O Indígena

A justificativa que se aduzia para a colonização portuguesa em África era levar a civilização dos africanos. No entanto, com a ascensão do Estado Novo de Salazar, reacendeu o interesse em conduzir a missão histórica de Portugal, que consistia em transformar os africanos em portugueses.

Assim, essa política colonial portuguesa baseava-se na divisão expressa e legal das populações angolanas em nativos indígenas e nativos assimilados, contribuindo deste

modo, para o sistema de segregação e discriminação social, não apenas entre os invasores portugueses, mas também entre os próprios nativos.

Desde esta perspectiva, e conforme o sistema colonial, a sociedade dos povos angolanos estava dividida em duas classes: as dos assimilados e a dos indígenas.

Para percebermos os requisitos da assimilação portuguesa, é preciso primeiro compreender quem era o indígena.

O artigo 2.º do estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de Maio de 1954, diz: “são considerados indígenas, nas referidas províncias, os indivíduos de raça negra que nelas tendo nascido ou vivendo habitualmente ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (Caetano apud Ngonda, 2022, p. 179).

Não há dúvidas de que, de acordo com esta definição, o conceito é bastante pejorativo. Este conceito foi concebido desde o ponto de vista dos colonizadores portugueses, pois, se recorrermos à raiz etimológica, o conceito nos remete a outro significado.

Desta forma, o modo de ser e estar da sociedade indígena era reduzido ao primitivismo. Permanecia um pouquinho a sombra de forma humana. Não tinham nenhum direito cívico, para não falarmos de direito político.

O Indígena é tudo o que nasce num país e aí vive. Se tomarmos à risca o conceito, diria que ele é desprovido de carga racial. O termo na sua originalidade não acarreta nenhuma carga negativa. Cada um é indígena lá onde nasceu. Assim, quem nasceu em Angola, Guiné, Moçambique ou Portugal é indígena de lá. O termo não teria nada a ver com a raça (Alexandre, 2016).

É indiscutível que, consoante a etimologia, o conceito nos remete a um cidadão que é autóctone de uma determinada região. Sinónimo de aborígine, originário ou nascido no território angolano, não acarreta nenhuma conotação pejorativa. O Indígena é tudo o que nasce num país e aí vive, seja homem, animal ou planta em oposição ao exótico. Cada um é indígena lá onde nasceu. Assim, quem nasceu em Angola, Guiné, Moçambique ou Portugal é indígena de lá.

Os indígenas eram indivíduos que faziam parte da geografia de Angola, mas não eram cidadãos, pois não tinham reunido os requisitos de assimilação cultural. Excluindo o critério, os indígenas eram donos da terra (Caetano *apud* Chimbinda, 2009).

Recorrendo ao pensamento aludido anteriormente, não restam dúvidas sobre a autoctonicidade que o termo indígena ostentava. Eram, portanto, os proprietários das terras, os verdadeiros natos do território angolano.

A implicação do conceito de indígena, presente no estatuto de 1954, é de eles só são considerados cidadãos quando passam a ser governados pelo direito de Portugal, o que significa ignorar a existência de um direito local. Ora, todos os povos se regem por princípios que regulam as relações humanas entre membros das suas sociedades. Todo o direito surge para responder a problemas contextualizados. Por isso cada povo tem um direito. Seja ele escrito ou oral, codificado ou por codificar, sempre existe (Chimbinda, 2009, p. 10).

Olhando para o pensamento do autor, estes princípios que regiam a população angolana, ficaram postos de lado. Fruto da imposição do sistema de administração dos europeus, a cultura local ficou relegada ao desprezo e ao abandono.

“Em Angola, os indígenas eram chamados de incivilizados. Esta incivilidade, acrescida a outros termos depreciativos como irracional, servia para justificar o desprezo dos negros a fim de serem usados como meros objectos com os quais se podia obter lucros fáceis” (Ibidem, 2009, p. 10). Neste contexto, os povos de Angola encontravam-se na maior parte das fazendas agrícolas ou industriais dos colonizadores europeus. As condições de vida dos trabalhadores negros, tal como eram tratados, foram geralmente duras e com tendência de sucumbirem com o decorrer do tempo.

O preto não era cidadão, era um ser incivilizado e irracional. Servia apenas como mão-de-obra dos colonizadores portugueses. “Na historiografia da ocupação colonial, a imagem do negro está associada à escravatura e ao trabalho forçado. Um dos grandes fardos que o africano de raça negra transporta através da História é o facto de ter consentido que os outros povos fizessem dele um animal de trabalho” (Ngonda, 2022, p. 180).

Na concepção colonial, o indígena era inútil e tornava-se útil quando produzia. Sem a necessidade comercial, o indígena permanecia um pouco a sombra de forma humana. A sua materialização alcança-se quando passa a produzir. Os indígenas foram tratados como escravos, depois como contratados, e não tinham os mesmos direitos que os colonos. O

indígena para ser aceite na sociedade como cidadão nacional tinha de fazer uma caminhada de aprendizagem dos hábitos portugueses (Alexandre, 2016).

Por conseguinte, esta caminhada não era fácil, pois a instrução não era para todos. A educação era limitada e para poucos, seja devido às políticas adoptadas pelos exploradores portugueses em relação aos territórios dos povos nativos, como da negação de alguns pais em dirigir os filhos aos espaços de instrução, para que os mesmos ajudassem nas actividades agrícolas ou doméstica.

Segundo Ngonda (2022, p. 180), o indigenato será o agente do progresso económico e fonte da prosperidade colonial. Toda economia colonial de Angola sob o império do Estado Novo, consagrado pela Constituição de 1933, assente os seus fundamentos, na mão-de-obra indígena”.

Vale lembrar que, não eram considerados indígenas apenas os pretos, mas também alguns mestiços que não se identificavam com os hábitos e costumes dos colonizadores portugueses. Eram sobretudo aqueles que eram abandonados por um dos seus progenitores e permaneciam nos ditos musseques ou sanzalas.

A finalidade colonizadora portuguesa, com relação ao indigenato, era trazer os angolanos não civilizados, para a civilização europeia/ portuguesa, mediante uma transformação gradual nos seus costumes e nos seus valores morais, sociais, e culturais, uma vez colonização não reconhecia a ordem social dos indígenas. O seu modo de ser e de estar na sociedade era reduzido ao primitivismo (Alexandre, 2016).

No entanto, os povos angolanos eram obrigados a despir-se dos elementos que os identificava, estar vazio de qualquer valor cultural próprio e de uma autenticidade africana, para adoptar os valores ocidentais.

“O indígena ficou na sua cultura ancestral e o branco, confinado na sua civilização, uma zona de integração fictícia para os negros que imitassem a cultura portuguesa. O estatuto do indigenato era outra forma de legitimação de uma nova forma e escravatura” (Ngonda, 2022, p. 31).

Pensamos que, a intenção portuguesa para com os indígenas, não passava de uma camuflagem, pois, queriam tanto tratá-lo com injustiça, desigualdade e discriminação, para fazer-lhes sentir o peso da dominação.

É por este motivo que, a ideia de proteger, educar e civilizar os indígenas, ou melhor, os filhos da mesma pátria, constituía uma falsa realidade, uma pura utopia. Por isso mesmo é que os excessos e extorsões praticados pelos portugueses, em todas as colónias, provocavam nos nativos (indígenas) o ódio contra o sistema colonial português (Alexandre, 2016).

Estamos completamente de acordo, com o pensamento do autor acima mencionado, pois, o indígena não alcançava o prestígio que os colonialistas ostentavam, após terem passado pelo processo de assimilação. Os nativos incorporavam os valores da cultura ocidental para superarem as exigências dos colonizadores portugueses.

Portugal caracterizou os africanos como intrinsecamente inferiores; de facto, a autoadulação de Portugal acerca da missão civilizadora, dependia da semelhante inferioridade (Bender, 2013, p. 56).

Apegando-se ao pensamento do autor, a cultura dos nativos indígenas, na visão dos colonizadores, era inferior e completamente atrasada, o que na realidade não corresponde a verdade, pois cada cultura é uma cultura, e deve ser respeitada e valorizada. “Identificar-se com a civilização portuguesa significava deixar exactamente de se identificar com os indígenas, isto é, abandonar os usos e costumes locais do comum da sua raça, abraçar os considerados de civilização superior” (Chimbinda, 2009, p. 10).

Olhando para a abordagem feita pelo autor acima mencionado, a política colonial portuguesa, para além do controlo, político, militar e administrativo das colónias, visava a realização da integração das populações nativas das colónias na nação portuguesa, pela progressiva transformação das suas práticas e conceitos de moral social. O indígena que quisesse se considerado cidadão português tinha de abandonar, no primeiro caso, o relacionamento com os outros indígenas, para evitar ser contaminado, e, no segundo caso, abraçar a civilização portuguesa, a consequência do primeiro estatuto (Ibidem, 2009, p. 11).

Apegando-se na afirmação do autor, isso retirava a identidade dos nativos angolanos. Não podemos descartar a ideia de que, havia muitos nativos que aderiam à assimilação, apenas para livrar-se das atrocidades dos colonizadores portugueses.

Para Bender (2013, p. 271), a justificação que se aduzia para a colonização portuguesa em África era levar a civilização aos africanos. No entanto, os portugueses trataram os

africanos como pouco mais do que uma fonte de mão-de-obra não paga. Desde esta perspectiva, o princípio da missão civilizadora dos colonizadores portugueses, era tornar os africanos europeus. Isso passou necessariamente por um processo de aculturação dos africanos aos valores ocidentais.

O plano de acção para tal missão estava contido no sistema do indigenato, integrado na política colonial do Estado Novo. O indigenato estabeleceu explicitamente um regime de desigualdade social e política mediante a divisão da população em duas categorias jurídicas separadas: a dos indígenas, que incluía todos os africanos e mestiços considerados não-civilizados; e a dos não indígenas ou civilizados, que abrangia todos os brancos e assimilados (Ibidem, 2013, p. 271)

A assimilação foi uma política de destruição e extermínio das estruturas sociais, culturais, políticas e económicas nativas. Os indígenas não pertenciam à nação portuguesa, eram excluídos e discriminados por não aderirem à ideologia dos ocidentais.

“Os sofrimentos impostos ao grupo indígena eram instrumentos inventados propositadamente para persuadi-lo a abandonar as suas tradições. Por outras palavras: se não queres sofrer as humilhações, abandona o estilo indígena de viver, aceitando a cultura portuguesa, e então já não padecerás” (Chimbinda, 2009, p. 11).

Pensamos que, esta tendência manifestada pelo autor, fez com que muitos nativos aderiam à assimilação, não porque queriam, mas para livrar-se do trabalho forçado. Estes não passavam de seres passivos e suporte da administração colonial.

Os ataques armados por parte dos nativos, haviam suscitados mais reformas no colonialismo português do que todos os pretextos ao longo de um século: o indigenato foi revogado, aboliu-se assim a distinção entre cidadãos civilizados e não civilizados; criaram-se organismos administrativos africanos locais; coordenaram-se leis consuetudinárias portuguesas e africanas, reformulou-se em termos mais rígidos a regulamentação das concessões e ocupações de terras; foi9 abolido o sistema de trabalho forçado não remunerado (Bender, 2013, p. 278).

Podemos depreender que, estas reformas, implementadas pelos colonizadores portugueses, é fruto das resistências manifestadas pelos nativos angolanos. Em causa está a opressão, as imposições e a submissão que afectava os angolanos.

2. O Assimilado

Existem variadíssimos conceitos para definirmos a assimilação. Não existe uma única definição para o termo assimilação.

Mas, segundo Alexandre (2016), a assimilação é um processo de fazer com que duas ou mais coisas diferentes se pareçam ou se tornem semelhantes. No contexto dos colonialistas era entendida como um processo de perda da própria cultura para assumir a cultura dominante. Processo de europeização dos africanos.

Para Martins 1948, citado por Chimbinda (2009, p.12), a assimilação é um sistema que visava trazer os nativos à civilização, aos costumes e instituições dos europeus. O nativo, considerado assimilado, passa a reger-se pelas leis dos europeus, adquirindo os direitos destes e as mesmas obrigações.

Por sua vez, Ngonda (2022), afirma que, “assimilação foi concebida como uma espécie de tábua de salvação estendida aos indígenas para saírem da sua condição de impuros e entrarem no mundo do branco, considerado ser o mais perfeito da humanidade”.

Olhando para as definições acima mencionados, somos impelidos a afirmar que, a assimilação não é mais senão a incorporação dos valores ocidentais. Trata-se aqui da inculcar os valores ocidentais. Os nativos foram obrigados a abdicar-se das suas filosofias de vida, para assumir a cultura dos ocidentais. Este processo, muitas vezes não era feito de forma pacífica, houve coerções e imposições por parte dos exploradores portugueses.

A política colonial portuguesa, para além do controlo político, militar e administrativo das colónias, visava a realização da integração das populações nativas das colónias na nação portuguesa, pela progressiva transformação das suas práticas e conceitos de moral social. Essa tendência contribuiu para uma divisão expressa e legal dos africanos em nativos indígenas e nativos assimilados (Alexandre, 2016).

O assimilado era aquele nativo africano que pelo contacto directo com o europeu, quer através a escola ou através do trabalho, adoptava os hábitos dos europeus. Existem variadíssimos conceitos para definirmos a assimilação. Não existe uma única definição para atribuímos aos conceitos, pois, varia de autor para autor.

A política colonial portuguesa, para além do controlo político, militar e administrativo das colónias, visava a realização da integração das populações nativas das colónias na nação portuguesa, pela progressiva transformação das suas práticas e conceitos de moral

social. Essa tendência contribuiu para uma divisão expressa e legal dos africanos em nativos indígenas e nativos assimilados (Alexandre, 2016).

O assimilado era aquele nativo que pelo contacto directo com os exploradores portugueses, quer através dos espaços de instrução ou através das manifestações de trabalhos, adoptava os hábitos dos ocidentais, isto é, dos colonizadores portugueses.

“O sistema de assimilação não era mais do que um sistema que determinava a graduação da distância social entre o branco e o negro, mantendo-os culturalmente separados, economicamente distanciados e politicamente opostos” (Ngonda, 2020, p. 30).

Trata-se de um sistema segregacionista provocado pelos exploradores portugueses e que promovia a opressão, a mentalidade de submissão e inferioridade, não apenas entre os invasores, bem como entre os povos ovimbundu.

O processo de assimilação exigia dos candidatos o preenchimento de certas condições. Era um modelo seletivo que implicava, para o indígena, o abandono total da sua própria cultura, incluindo as relações sociais com o seu próprio meio. Para ascender o estatuto de assimilado era necessário afastar-se da convivência com os indígenas ou pretos considerados gentios (*Ibidem*, 2020).

Desde esta perspectiva, os nativos eram obrigados a abdicar-se totalmente da sua cultura, dos seus valores, para adoptar a cultura europeia. Não davam importância das instituições locais, por constituírem um potencial perigo para a potência colonial.

Bender apud Ngonda, (2020), afirmou que, a política colonial portuguesa não visava o progresso dos povos encontrados, os ditos primitivos. Tinha como fim último, o desaparecimento desta classe, concebendo o processo de assimilação em três fases: a destruição das sociedades tradicionais, seguida da inculcação da cultura portuguesa, e, finalmente, a integração dos indígenas na sociedade dos povos ocidentais.

Independentemente da implementação desta ideia por parte dos invasores, o principal objectivo foi sempre o de realizar a sua ocupação nos territórios dos nativos, implementando as suas culturas e o seu domínio de exploração e extermínio dos povos nativos.

Todavia, se recorremos à abordagem de Oliveira (1968), verificaremos que, o luso tropicalismo foi um dos elementos fundamentais e definidores para a construção da

cultura crioula na sociedade angolana, por ser uma ideologia que se utilizou para explicar e justificar a presença portuguesa em África. Essa teoria penetrou e influenciou em quase todas as esferas e todos os domínios da vida social, cultural, política e económica.

Assim, mergulhando na tendência de Oliveira, o luso-tropicalismo representou o multirracismo, como expressão perfeita da fraternidade entre os humanos e no progresso e desenvolvimento da cultura crioula. Mas, não é de toda verdade, não houve nos territórios nativos, multirracismo. Isto não passava de um mito, o que se verificou foi, de facto, restrições, limitações, subjugação do preto e, nalgumas vezes, o mestiço.

“Apesar das dificuldades de obtenção criada pelo sistema, a instituição de assimilação atraía alguns negros dos centros urbanos e não a maioria da população, que não estava disposta a deixar o modelo de sociedade a que pertencia para se alinhar com o luso-tropicalismo” (Ngonda, 2020, p. 39).

Embora esta teoria tenha contribuído ou não, para justificar a convivência dos europeus e não europeus, o certo é que, foi um dos mecanismos usados pelos invasores e exploradores, para ludibriar as organizações internacionais, no que diz respeito a boa convivência entre os nativos e europeus.

Continuado a discordar com o pensamento do autor, podemos afirmar que, a teoria em nenhum momento visou a unicidade dos portugueses que se estabeleceram nos trópicos, durante a época das infiltrações. O luso-tropicalismo, ficou apenas na teoria, nunca se colocou em prática.

No modelo de sociedade usado pelos exploradores e invasores portugueses, estruturavam a sociedade angolana em: gentios ou indígenas, os primeiros habitantes do país, em mulatos ou pardos, os angolanos resultantes do cruzamento entre os invasores portugueses e os ditos pretos e havia os brancos metropolitanos e mestiços nascidos em Angola (Ngonda, 2020).

Assim, mergulhando na tendência de Oliveira, o luso-tropicalismo representou o multirracismo, como expressão perfeita da fraternidade entre os humanos e no progresso e desenvolvimento da cultura crioula. Mas, não é de toda verdade, não houve nos territórios nativos, multirracismo. Isto não passava de um mito, o que se verificou foi, de facto, restrições, limitações subjugação do preto e, nalgumas vezes o mestiço.

“Apesar das dificuldades de obtenção criada pelo sistema, a instituição de assimilação atraía alguns negros dos centros urbanos e não a maioria da população, que não estava disposta a deixar o modelo de sociedade a que pertencia para se alinhar com o luso-tropicalismo” (Ngonda, 2020, p. 39).

Embora esta teoria tenha contribuído ou não, para justificar a convivência dos europeus e não europeus, o certo é que, foi um dos mecanismos usados pelos invasores e exploradores, para ludibriar as organizações internacionais, no que diz respeito a boa convivência entre os nativos e europeus.

Continuado a discordar com o pensamento do autor, podemos afirmar que, a teoria em nenhum momento visou a unicidade dos portugueses que se estabeleceram nos trópicos, durante a época das infiltrações. O luso-tropicalismo, ficou apenas na teoria, nunca se colocou em prática.

No modelo de sociedade usado pelos exploradores e invasores portugueses, estruturavam a sociedade angolana em: gentios ou indígenas, os primeiros habitantes do país, em mulatos ou pardos, os angolanos resultantes do cruzamento entre os invasores portugueses e os ditos pretos e havia os brancos metropolitanos e mestiços nascidos em Angola (Ngonda, 2020).

Assim, todos os que adaptavam as ideias da metrópole, foram a ser considerados como puros, e como consequência, foram a desempenhar funções de intermediária entre os seus irmãos e o invasor, na exploração da força de trabalho dos ditos, não assimilados.

Tal como mencionamos anteriormente, os ditos assimilados eram considerados como ponte ou auxiliares dos invasores, pelo facto destes não receberem uma verdadeira cidadania portuguesa, que o concedia o título de nacionalista português, lhe dando o pleno direito de exercer todos os cargos políticos de nobreza da nação, porque neste aspecto tanto o nativo indígena como o nativo assimilado eram todos pretos e, por isso mesmo, considerado, iguais, no sentido de ambos serem sujeitos as restrições portuguesas.

3. Principais Fundamentais da Assimilação Portuguesa

O sistema de transição de uma fase para outra, por parte dos ditos indígenas, passava pela aquisição de uma série de requisitos. Não possuindo tais exigências, o indígena não poderia fazer parte da classe dos assimilados.

O poder político colonial apresentava vários critérios para que os africanos fossem considerados como portugueses. Mas, os principais e fundamentais resumiam em três: a língua portuguesa, a educação e cristianização (a religião católica). Na ausência destes elementos, a transição do indígena ficava condicionada (Alexandre, 2016, p. 173).

Tendo adoptado esta visão portuguesa do mundo e estando integrado na forma civilizada da vida, só assim o indígena teria o mesmo estatuto legal que o português, gozando totalmente os direitos e estando sujeitos as obrigações que a ordem jurídica portuguesa implica.

Os critérios mais determinantes para a ascensão da fase da assimilação eram a língua e a cultura. Para o primeiro caso, era fundamental que o indígena falasse correctamente a Língua Portuguesa, além saber ler e escrever. Já o segundo elemento, o da cultura, obrigava os indígenas a adoptar os hábitos e costumes dos colonizadores portugueses (Chimbinda, 2009).

Porem, esta designação não se referia a cidadania no sentido de nacionalidade que lhe desse o pleno direito de exercer todos os cargos políticos de nobreza da nação, porque neste aspecto tanto o nativo indígena como o nativo assimilado eram todos pretos e, por isso mesmo, considerados iguais, no sentido de ambos serem sujeitos as restrições portuguesas.

Os resultados da política de assimilação desequilibraram a personalidade do preto. Por causa disto, os assimilados estavam num estado de transitoriedade permanente. Se se comportassem bem, podiam permanecer neste novo estatuto. Mas se ferissem um dos padrões culturais portugueses, a cidadania adquirida podia ser revogada, voltando o não indígena à condição jurídica originária de indígena (Ibidem, 2009, p. 14)

Assim, apesar dessa transição nos remeter a um estatuto falso, não originário, porque em nenhum momento o indígena podia ser visto como puro português, a tendência da revogação do estatuto atribuído, podia ser considerado como uma regressão.

Para além dos principais meios de assimilação dos indígenas, como domínio da língua portuguesa, a educação cívica e cristianização, havia um outro requisito que tem a ver com a Ausência de crime. Tendo adoptado esta visão portuguesa do mundo e estando integrado na forma civilizada da vida, só assim o indígena teria o mesmo estatuto legal

que o português, gozando totalmente os direitos e estando sujeitos as obrigações que a ordem jurídica portuguesa implica (Alexandre, 2026).

Vale lembrar que, esta política criada e apresentada pelos exploradores e invasores, não passava de uma camuflagem, dado que, dificilmente os nativos ascendiam os grandes cargos, depois deste processo de transição. Muitas vezes desempenhava o papel de intermediário entre os invasores e os seus irmãos considerados como indígenas, primitivo, selvagem, bárbaro, enfim, e outros atributos que retirava a dignidade dos nativos.

Os indígenas, depois de passarem por este processo de transição, recebiam uma caderneta, um documento que obrigava os indígenas usarem sempre que se punham em circulação, sempre que dessem qualquer passo fora da sua zona tradicional ou da sua senzala. Para um nativo ser assimilado era ter o famoso atestado de assimilação, que também era o documento mais difícil de obter (Ibidem, 2016).

Pensamos que, esta questão documental era uma questão muito delicada para os nativos, pois, era bastante difícil para obtê-lo, por um lado pelas coerções e imposições dos exploradores e invasores, por outro, pelo facto de muitos nativos não estarem dispostos a abdicar-se das suas filosofias de vida.

Na visão de Ngonda (2020, p. 39), a administração colonial tinha a missão de seguir de perto o comportamento dos indígenas que postulavam a candidatura para o acesso ao estatuto de assimilado. Havia inspecção à casa onde viviam, se já tinham abandonado ou não os usos e costumes dos indígenas para merecer a cidadania portuguesa.

Assim, ouve um grande obstáculo para se adquirir a cidadania portuguesa, por parte dos nativos. Alguns faziam-no por desespero, outros para livrar-se dos maltratos dos invasores. Também, não é menos verdade que, alguns alcançavam o estatuto de assimilado para pura e simplesmente libertar os seus irmãos e os seus territórios do domínio dos invasores e exploradores.

Esta designação não se referia à cidadania no sentido de nacionalidade que lhe desse o pleno direito de exercer todos os cargos políticos de nobreza da nação, porque neste aspecto tanto o nativo indígena como o nativo assimilado eram todos pretos e, por isso mesmo, considerado iguais, no sentido de ambos serem sujeitos as restrições portuguesa. Muitos nativos, viam no processo de assimilação, a única maneira de escapar das humilhações e do trabalho forçado (Alexandre, 2026).

Dáí que, o nativo tinha de conseguir os documentos necessários para livrar-se destes sufocos, deste sofrimento, achando que aliviar a sua dor. O que muitas vezes acontecia, e já fizemos menção disso, é o facto de o nativo, embora ganhando um novo estatuto, não passava de uma mera máquina dos invasores.

Esta farsa colonial, porém, era só para meia dúzia de angolanos. Tudo era feito unicamente para dividir os angolanos. A verdadeira separação social e distinção fundamental consistiam na posse de riqueza que o nativo detinha- que era um pouco mais quando fosse assimilado e que, o outro indígena não tinha porque era mais afastado da cultura socioeconómica portuguesa (Ibidem, 2016).

Apesar dos critérios acima mencionados pelos nos autores, darem ene possibilidades para os nativos deixarem de ser indígena e adquirir um outro estatuto, o de cidadania portuguesa, isto não passou de uma mera utopia, pois, era raro ver os nativos, ascender as posições das grandes elites dos agendes invasores e exploradores.

“Os assimilados e os não assimilados, ou indígenas, faziam parte de um todo nacional que se chamava Portugal. Embora eles consagrassem o todo nacional, os direitos e deveres atribuídos a uns e outros diferenciavam-se de modo folclórico” (Neto, 2017, p. 23).

Recorrendo ao que aludimos anteriormente, era raro ver os nativos ditos de assimilados, ascender as posições das grandes elites dos agendes invasores e exploradores.

“Para a tutela destes dois grupos sociais antagónicos, a administração colonial cogitou e criou estatutos diametralmente opostos que, se por um lado beneficiavam os assimilados, por outro, penalizavam de modo bastante severo os não assimilados” (ibidem, 2017, p. 24).

Não restam dúvidas de que, a implementação deste sistema por parte dos colonizadores portugueses, criou segregação entre os próprios nativos. Ludibriando alguns, os ditos civilizados, que supostamente tiravam benefícios deste processo, e inferiorizando e menosprezando outros.

Em Angola, os portugueses nem conseguiram sequer concretizar a primeira fase do processo de assimilação. A subjugação física dos africanos só culminou nas primeiras décadas do século XX e, como todos os colonizadores europeus em África, os portugueses foram incapazes de subverter os fundamentos das sociedades africanas (Bender, 2013, p. 385).

Estamos de acordo com o posicionamento do autor acima referenciado, dado que, os ditos assimilados, não eram enquadrados completamente ao sistema de administração colonial. Por outro lado, houve uma grande resistência por parte dos nativos, em preservar os seus hábitos e costumes.

4. Consequências da Assimilação Portuguesa

Não será tarefa fácil falar das consequências advindas da implementação do sistema de assimilação ao território dos angolanos, uma vez que, as mesmas afectou quase todos os elementos da cultura deste povo.

Mas, vamos nos cingir no aspecto da língua dos nativos, que, apesar de ser vítima de todas as atrocidades manifestada pelos colonizadores portugueses, está presente no dia a dia de cada grupo que pertence ao território angolano.

É graças ao fenómeno colonial que foram criadas as condições objectivas para que o português integrasse o grupo de línguas faladas em Angola. Embora num dado momento tivesse sido imposta, a dinâmica histórica permitiu que esta língua coexistisse, durante mais de cinco séculos, com as línguas africanas, como a língua umbundu, e que fosse até adoptada pela sociedade angolana (Alexandre, 2016, p. 20).

Vale lembrar que o português foi imposto como símbolo da identificação cultural portuguesa e tornou-se um dos mais importantes instrumentos da política assimilacionista. Essa imposição resultou na desvalorização das línguas nativas, de modo concreto.

Quase tudo o que se ensinava nas escolas que se encontravam nesse período assimilacionista se reflectia nas ideias dos europeus. Os nativos eram obrigados a ler, a falar e a escrever correctamente a língua portuguesa. A formação do nativo na época reflectia-se nas classes dominantes relativamente às classes mais baixas. Era uma educação limitada, uma educação selectiva (Alexandre, 2016, p. 21).

Vale lembrar que, para os nativos, a língua que se exprimia nos ondjangos era a materna, as línguas nacionais. Neste período, proibiu-se completamente o uso delas, nas instituições de ensino, e na interação com os colonizadores.

A partir do período que corresponde ao século XX, tornou-se política obrigatória que todas as escolas usassem o português como meio de ensino. O português foi um meio de emancipação de muitos angolanos. Na Angola independente, continuou-se com a mesma política, a de conceder o português um estatuto de Língua oficial. Por outro lado, foi o único elo entre os povos de outras etnias angolanas. É ainda, hoje, uma língua de mediação linguística, no país (Costa, 2015, p.32).

Houvera uma coação para os nativos em seguir uma série de requisitos, como a língua portuguesa, por um lado, e por outro, tal procedimento facilitou o surgimento do bilinguismo em Angola.

De acordo com Alexandre (2016), as políticas colonialistas permitiram a exclusão social entre a população colonizada, facilitando no aumento da segregação racial, um pouco por toda a parte. Contribuíram também para o choque de culturas e esse choque terá gerado conflitos de superioridade e inferioridade.

Convém ressaltar que, as políticas de colonização utilizadas pelos invasores aos territórios nativos, foi uma política muito violenta, foi uma política que tinha como meta a eliminação da cultura dos povos nativos, por conseguinte fazer prevalecer àquela portuguesa.

O resultado das políticas coloniais, resultou no desmantelamento da agricultura tradicional, na ocupação de terras pertencentes a africanos pelos produtores de café e a formação de depósitos de mão de obra onde iam recrutar trabalhadores (Mateus, 2011).

Assistiu-se uma política de destruição e extermínio das estruturas sociais, culturais, políticas e económicas nativas. Houve uma certa marginalização e banalização, não apenas dos próprios nativos, mas também, dos seus principais hábitos e costumes, obrigando-os a estarem a vinculados a todos os padrões da cultura dos ocidentais, considerada como a única, a melhor e a mais ideal para os povos de Angola

Em África, os colonizadores portugueses não respeitaram o passado, o "*modus vivendi*" dos seus povos. Não tiveram em conta os direitos dos povos africanos de edificarem os seus próprios Estados consoante os princípios elementares da constituição das suas nações. Sobre a história e a memória dos antepassados se constituíram colónias, em alguns casos apressadamente chamadas de Estados, como foi o caso de Angola (Silva, 2017).

Neste sentido, os colonizadores tiveram que usar estas atitudes para levar a cabo os seus objectivos que é, o de acumulação de riqueza, por meio da exploração de pessoas e ocupação dos seus territórios.

O colonialismo substituiu inteiramente o sistema africano, as estruturas económicas e políticas de África alteradas e adaptadas aos interesses dos imperialistas. Fomos alienados, isto é, substituídos por outros, inclusive no nosso passado. A África foi aprisionada, dividida, esquartejada, sendo-lhe imposto o seguinte papel: fornecer matérias-primas (Ki-Zerbo apud Silva, 2017).

Pensamos que, a força da subjugação implementada pelos colonialistas portugueses aos povos de Angola, contribuíram para colocar de parte o modo de vida dos nativos, os seus hábitos e costumes, sua cultura, enfim, tudo aquilo que os identificava.

A necessidade de ocupação das de África por parte dos colonizadores portugueses, levou à prática do genocídio físico e cultural das populações autóctones encontradas. Contribuiu também para apagar os traços da memória colectiva da sua existência (Ngonda, 2022).

Convém lembrar que, apesar desta atitude manifestada pelos colonizadores portugueses, a cultura dos nativos angolanos não foi totalmente aniquilada. Houve um processo de aculturação dos nativos muito forte, pois, o colono não teve a mínima pena de que os nativos precisavam preservar as suas identidades culturais. Tratou-se de uma aculturação mortal, a ponto de fazer com que o nativo se esquecesse dele mesmo, ou melhor, do seu eu, culturalmente. Tal como afirmamos acima, esta tentativa fracassou, uma vez que há muitos elementos que identificam os autóctones, que ainda se mostram vivos e eficiente.

Todo o processo de alienação cultural partiu do processo do colonialismo implementado pelos exploradores portugueses. Esta colonização transformou o colonizado, que perdeu as suas referências fundamentais. Representou um perigo para a sobrevivência dos povos africanos. A falta de estima de si próprio, aceitar ser assimilado por outra cultura, mudar de cultura, de contexto social, de meio social, de identidade, é fruto da alienação do nativo (Ngonda, 2020).

Há que notar o grande ódio que o colonialismo tinha pelos povos africanos. As línguas africanas eram proibidas. Esta submissão (dos nativos), fez com que surgisse preconceito no seio dos autóctones, de que, quem fala a sua língua materna em público é considerado como uma pessoa atrasada.

Os colonizadores portugueses inferiorizavam os nativos, considerando-os como pretos, incapazes de pensar. A inferioridade do preto explica-se pela sua pobreza de pensamento, pois a inteligência não se desenvolve no preto, este não tem raciocínio. O preto por si só não é capaz de raciocinar (Brásio apud Chimbinda, 2009).

Olhando para o pensamento do autor, podemos depreender que, esta atitude desumana terá contribuído para o surgimento de preconceitos, no seio dos nativos. O colonizador português, matou a alma do africano, e fruto disso destacou-se o complexo de inferioridade diante do colonizador e a perda de autoestima.

O processo de assimilação surgiu como base de negação da identidade cultural africana. As doutrinas evolucionistas do Século XIX haviam colocado o negro numa situação estatutária de homem sem cultura, sem civilização e consequentemente não objecto da História Universal” (Ngonda, 2020, p. 138).

Já aludimos anteriormente que, se é verdade que para o projecto de assimilação todos os nativos que adoptassem fossem úteis para a sociedade dos colonizadores portugueses, não é menos verdade que, esta política foi apenas uma farsa dos invasores, pois, na prática não havia nenhuma inserção completa dos nativos assimilados, nas comunidades dos colonizadores portugueses.

A exploração económica dos recursos naturais dos africanos, e a destruição das suas estruturas económicas tradicionais, a que se juntaram outros factores, podem estar na base da origem do chamado subdesenvolvimento, caracterizado tanto pela submissão das economias locais às necessidades externas, bem como pela dominação interna sobre as grandes maiorias (Silva, 2017, p. 46).

Na lógica deste pensamento, pode-se inferir que a estagnação dos nativos, explica-se pelas acções desencadeadas pelos colonizadores portugueses, trata-se da pilhagem, opressão, imposições, coerções dos nativos.

O projecto de desculturar o povo local tinha, entre tantos outros, dois aspectos entrelaçados: línguas e nomes. Em nome de pressuposta acção civilizadora, Portugal impôs medidas concretas para fazer com que a língua portuguesa fosse impressa na alma dos nativos. Grande preocupação e prioridade da política colonial era de fazer com que o

uso da língua portuguesa se generalizasse entre os nativos, pois, influenciaria a colonização (Caetano apud Chimbinda, 2009).

Na lógica deste pensamento, pode-se inferir que as Línguas dos nativos ficaram postas de parte e, até mesmo proibida, para dar lugar e liberdade língua portuguesa. Goza e ainda goza de uma liberdade de expressão no seio dos nativos.

As elites locais foram sujeitas e os seus súbditos foram obrigados a abraçar a cultura europeia que pretendia levar o povo nativo a perder a sua identidade com a alienação cultural. Os colonizadores criaram programas escolares concebidos para criar aos nativos um sentimento de inferioridade e uma autêntica tentativa de arrancar e afastar o africano das raízes do seu passado (Silva, 2017).

Importa realçar que, a nação colonizadora criou uma desarmonia entre os povos nativos foi aplicado e semeando aos territórios destes, o ódio e o terror, que estarão por detrás das insurreições dos africanos. As políticas de colonização portuguesa contribuíram grandemente para a desorganização e paralisação do desenvolvimento das forças produtivas dos nativos

5. Metodologia Utilizada

5.1. Abordagem Metodológica Qualitativa

O nosso estudo serviu-se da abordagem qualitativa, indispensável na generalização dos dados. E, para a aquisição das informações, fizeram-se consultas a documentos e obras de autores que terão se debruçado sobre o assunto.

Para Simões (2023, p.18) a pesquisa qualitativa é aquela que se justifica quando se está diante de contextos poucos conhecidos e que apelam por estudos descritivos e exploratórios.

Ela exige o cumprimento de determinadas etapas. Estas começam pela exploração dos dados e terminam pela descoberta ou formulação de novos conhecimentos. Estas etapas não podem ser rígidas, apelando a uma grande flexibilidade da parte do investigador (Bloomberg & Volpe, 2008, Bardin, 2011, apud Simões, 2023, p. 21).

Já Gomes (2022, p.50), afirma que, os estudos qualitativos permitem compreender os fenómenos em profundidade e tentam descobrir os seus significados, de que são exemplos os estudos de caso. Esta abordagem centra-se no paradigma interpretativo e sociocrítico e pode basear-se em dados primários ou secundários.

“A expressão métodos qualitativos não tem um sentido preciso, em ciências sociais designa uma variedade de técnicas interpretativas cujo fim é descrever, decodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente” (Deslauriers, 1997, apud Gomes, 2022, pp. 50 - 51).

Para o nosso estudo, tal como aludimos no princípio, há várias referências que analisam a problemática em causa. Ou, se preferirem, não se trata de um estudo menos aprofundando, pois, há muitos pesquisadores que já se debruçaram sobre a problemática em causa. Aliás, fomos conduzidos pela pesquisa bibliográfica, também conhecida como análise de documentos, por ser a base de toda a fundamentação teórica da investigação. Conscientes de que ela nos ajudaria a documentar convenientemente todas as informações, realizámos uma recolha bibliográfica de autores que já tenham abordado aspectos relacionados ao tema.

5.2. Tipo de Estudo

Quanto a natureza, o tipo de estudo se refere a uma pesquisa científica original, reactivamente a sua finalidade, a pesquisa usada foi teórica o seu objectivo geral teve um carácter descritivo e interpretativo orientado para a descoberta do meio a investigar, teve como objecto de estudo as pesquisas bibliográficas.

5.3. Técnicas de Recolha de Dados

Nesta investigação, cuja abordagem é qualitativa, as técnicas utilizadas para recolher dados são as seguintes:

5.3.1. Análise Documental

Entendemos por documento qualquer registo que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico (Prodanov e Freitas, 2013, p. 55)

“Todo documento deve passar por uma avaliação crítica por parte do pesquisador, que levará em consideração os seus aspectos internos e externos. No caso da crítica externa, serão avaliadas as suas garantias e o valor do seu conteúdo. Normalmente, ela é aplicada apenas às fontes primárias e

compreende a crítica do texto, da autenticidade e da origem” (Ibidem, 2013, p. 56).

Para Bogdan e Biklen (1994), A pesquisa documental é aquela que busca identificar informações factuais nos documentos, com base em questões e hipóteses de interesse. É aquele que se baseia em documentos públicos, privados ou em discussões via e-mail (Creswell. 2007, p.192).

5.3.2. Análise Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é feita quando é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, “internet”, visando colocar o pesquisador em contacto direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Relativamente aos dados coletados na “internet”, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov e Freitas, 2013, p. 54).

“Os demais tipos de pesquisa também envolvem o estudo bibliográfico, pois todas as pesquisas necessitam de um referencial teórico. Para a pesquisa bibliográfica, é interessante utilizar as fichas de leitura, que facilitam a organização das informações obtidas” (Ibidem, 2013, p. 55).

À luz de Gomes (2022, p.133), é aquela que assume duas dimensões: é em simultâneo um método e uma técnica. Enquanto método, é o modo ou o processo pelo qual se faz uma pesquisa, somente com consultas bibliográficas. Enquanto técnica de recolha de dados, é a prática específica de como são recolhidos os dados bibliográficos por leituras, através do processo de destacar e retirar os conteúdos necessários ao problema investigado.

“Usualmente, as principais fontes do método bibliográfico são livros, artigos, obras, documentos, jornais, mapas, imagens, manuscritos, dicionários, enciclopédias, e outros documentos” (Ibidem, 2022, p. 134).

6-Conclusão

A pesquisa sobre o assimilacionismo demonstra que as políticas de colonização portuguesa em Angola, foram estratégias de destruição e extermínio das estruturas

sociais, culturais e económicas dos nativos. Houve uma certa marginalização e banalização, não apenas dos nativos, mas também dos seus principais hábitos e costumes, obrigando-os a estarem vinculados a todos os padrões da cultura dos ocidentais, considerada como a única, a melhor e a mais ideal para os nativos. A assimilação na sociedade angolana foi uma política muito violenta de eliminação da cultura angolana, e fazer prevalecer àquela portuguesa. Afectou profundamente o aspecto psicológico dos angolanos, ao ponto de muitos negarem e rejeitarem a sua própria cultura. Assistiu-se uma política de destruição e extermínio das estruturas sociais, culturais, políticas e económicas nativas.

Portanto, consoante os resultados a que se chegou, podemos afirmar que, a colonização manifestada pelos portugueses, criou uma certa alienação cultural aos nativos. Transformou o nativo ao ponto de se perder e se negar a si. Esta política colonialista, também contribuiu para a exclusão social entre a população colonizada e para o choque de culturas. Daí que, uma das razões do subdesenvolvimento dos nativos, explica-se pelas acções desencadeadas pelos colonizadores portugueses, trata-se da pilhagem, opressão, imposições e coerções dos nativos.

Referências Bibliográficas

- Alexandre, J. (2016). *História de Angola: alguns subsídios para o seu estudo*. Luanda: Editora Limitada.
- Bender, J. G. (2013). *Angola Sub o Domínio Português: Mito e Realidade*. 3ª Edição. Angola: Mayamba biblioteca da História.
- Bgdan, C. R. & Biklen, K. S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto Editora: Portugal
- Costa da, J. C. M. T. (2015). *Umbundismo no Português de Angola Proposta de um Dicionário de Umbundismos*. Lisboa: FCSH.
- Creswell. W. J. (2007). *Projecto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativo e Misto*. 2ª Ed. Artmend e Bookman: Brasil.
- Chimbinda, F. S. J. (2009). *O Nome na Identidade Umbundu: Contributo Antropológico*. Huambo: editora ETU.

Mateus, G. D. (2011). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. 2ª Ed. Lisboa: Editora Terramar.

Neto, B.F. D. (2017), *Angolanidade e História*, Mayamba Editora, Luanda.

Ngonda, B. L. (2020). *Angola: Descolonização, Luta pelo Poder e Construção de Uma Nova Sociedade*. Luanda: Mayamba editora.

_____, (2022). *Angola: Apontamentos Para a História Económica e Social (1482-1975)*. Luanda: Mayamba editora.

Oliveira, F.A.M. (1968). “*Luanda: Ilha Crioula*”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Prodanov, C. C. & Freitas, c. E. (2013). *Metodologia de Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Académico*. 2ª Ed. Editora Novo Hamburgo: Brasil.

Silva, Dos S. S. (2017). *A Conferência de Berlim: Uma Visão Contemporânea dos Problemas de Interpretação*.

Simões, A. (2023). *A Investigação Qualitativa: Metodologia de Investigação Científica* 2ª Ed. Editora Kilunji: Luanda.

Gomes, B. J. C. C. (2022). *Métodos e Técnicas de Investigação: Conceitos, Models e Prática*. Ed. Caneta de Estilo: Luanda.